

V Á R I A

MOEDAS HÍBRIDAS

Conferência realizada pelo Ex.^{mo} Sr. Eng. Raul da Costa Couvreur, em 26 de Julho de 1954, no edificio da S. P. N.

Ex.^{mo} SNR. PRESIDENTE
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES
MEUS PREZADOS CONFRADES :

Se é certo que não é esta a primeira vez que me é dada a grata oportunidade de usar da palavra na capital do Norte, e se é certo que em qualquer ocasião e lugar eu tenho tido sempre a maior satisfação em o fazer, ainda também não é menos certo que os sentimentos que hoje experimento sobem de ponto, porquanto, é porém esta a primeira vez que na cidade do Porto me foi dada ocasião de me encontrar no ambiente que desde há bastantes anos envolve a actividade espiritual das minhas horas livres do trabalho material quotidiano, numa sequência de já longos anos de tradição no nome de família que uso.

Assim, eu posso assegurar a V. Ex.^{as} que à honra que me é dada de me encontrar entre categorizados confrades nortenhos, se associa ainda um sentimento de grande prazer pessoal, o de uma grande satisfação como português, por me encontrar na *Sociedade Numismática* do nosso País que integra claramente o cultivo dessa *Ciência em Portugal* no convívio das *Sociedades* congêneres de todo o mundo civilizado.

Com efeito, o culto associativo pela *Numismática* que o esforço e a dedicação de uma escassa meia dúzia de persistentes, se tem obstinado desde há muitos anos em manter nos vetustos restos da mansão de Frei Nuno de Santa Maria, na velha Associação dos Arqueólogos Portugueses, Associação porém que, com o seu título indica, envolve múltiplas

especializações, teve a felicidade de encontrar no espírito progressivo, culto, e empreendedor dos homens do Norte, o sangue novo, o entusiasmo e a fé necessários para, enfrentando com êxito as dificuldades que empreendimentos desta ordem sempre encontram, lhes permitir, mercê da sua característica tenacidade, levar a efeito a constituição do organismo de finalidade única que, na variada expressão da cultura portuguesa, faltava para enfileirar condignamente entre aqueles que especificadamente ao estudo de antigos documentos se consagram entre nós.

Quis o acaso que de entre os vossos consócios, simultâneamente pertencentes ao grupo de numismatas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, me tivesse cabido a honra de ser o primeiro lisboeta a realizar uma palestra na vossa Sociedade.

O conhecimento da honrosa oportunidade levou o *Sr. Presidente da Comissão de Numismática da Associação* a submeter em sessão de 20 do corrente a proposta, aprovada por unanimidade, de me ser confiado o encargo de apresentar à *Sociedade Portuguesa de Numismática* as homenagens do mais elevado apreço da *Comissão* e a expressão dos seus votos pelo estreitamento das nossas relações a bem da *Numismática* e pelas prosperidades da nóvel agremiação.

Gostosamente me desempenho do encargo restando-me apenas, confirmando os votos que na citada sessão dei à proposta apresentada, felicitar todos aqueles a cuja dedicação se deve a constituição da Sociedade e todos aqueles que sob a sua bandeira estão nela agremiados em que ao lado de uma teoria de novos entusiastas eu vejo uma pléiade de nomes já consagrados.

*

* * *

Habitado desde quase criança a conviver com colecionadores e numismatas, e sendo hoje a *Numismática Portuguesa*, no domínio espiritual, a ocupação que mais prazer me dá, sentindo bem a afirmação que Sabatier, o sábio pesquisador da moeda bizantina, escreveu algures:

«La Numismatique on le nierait en vain, est une veritable passion, noble, agréable et utile par ses effets, puisqu'elle épure le sentiment et le goût, en écartant l'ennui, cet ennemi le plus dangereux du genre humain.»

asseguro a V. Ex.^{as} que é com a maior satisfação pessoal que pertenço a esta Sociedade e que hoje aqui me encontro entre V. Ex.^{as}, ilustres cultores da Numismática.

Eu não ignoro que a colecção, seja do que for, é sempre uma agradável preocupação do espírito, principalmente para quem dela se sabe utilizar.

Mas de entre as várias espécies de colecção, a *numismática* pertence ao número daquelas que mais se prestam a estudos e da forma mais variada; pois que eles podem incidir sobre aspectos artísticos, económicos, de usos e costumes, geográficos e principalmente históricos, estes sob diversíssimas facetas; no entanto... já Aragão dizia:

«A Numismática é um dos ramos de Arqueologia que, talvez por capricho ou vaidade, apresenta mais cultores; mas a maior parte limita-se a acumular espécies sem escolha nem método, mostrando pela especialidade, mais visos de avareza que empenho de interpretar tão importantes subsídios históricos.»

Carapuça que ainda hoje tem actualidade. Da importância desses subsídios, que Aragão focava, já no século XVII, Manuel Severim de Faria, que se pode dizer abre a nossa verdadeira literatura numismática, dizia:

«...nas imagens das moedas e suas descrições se conserva a memória dos tempos, mais do que em nenhum outro documento. Os livros depressa se consomem se se não copiam, as fabricas e estatuas não passarão de um logar e até mesmo acabarão; as pirâmides e obeliscos em que se esculpíram os hieroglifos misteriosos que continham as propriedades occultas já d'elas não ha memoria.

Pelo que nenhum conserva tanto a antiguidade como as moedas e medalhas que pela incorrupção dos metais preservarão perpetuamente e por seu grande número estão em toda a parte onde representarão os verdadeiros rostos que tiveram os mais antigos príncipes, seus nomes, suas victorias, suas fabricas e finalmente o valor de todas as cousas, porque todas com elas se reduzem ao peso e valia das moedas.»

Mais tarde Rafael Bluteau no seu *Vocabulário* escrevia no mesmo rumo:

«Nenhama cousa conserva tanto a antiguidade como as medalhas.»

(Sabido é que outrora se denominavam como tal as moedas também).

Finalmente, já no século XIX, o nosso paciente e erudito investigador Alexandre Herculano afirmava :

«*Sem o auxílio da Numaria, as condições ao mesmo tempo complexas e rudimentares das Sociedades em via de formação mal se podem comprehender e ainda mais difficilmente expôr.*»

As transcrições feitas estabelecem perfeitamente pelos seus dizeres e pelos nomes que as subscrevem o reconhecimento da importância da *Numismática*.

A evolução que no decorrer dos tempos se tem dado em todos os assuntos que pela sua importância preocupavam e têm continuado a preocupar o Homem também não deixou de se fazer sentir na *Numismática Portuguesa*.

Não obstante os trabalhos de Manuel Severim de Faria, de 1654, de de D. António Caetano de Sousa, de 1738, e de tantos outros que num estendal de falsa erudição eu podia citar, em 1851 ainda Barthelemy na *Encyclopedie Roret* escrevia :

«*La Numismatique portugaise est encore à étudier; notre confrère Langlois a entrepris ce travail qui n'est pas encore edité.*»

Felizmente, porém, poucos anos depois, em 1856, Manuel Bernardo Lopes Fernandes e, de 1875 a 1880, Carlos Augusto Teixeira de Aragão editavam os seus trabalhos, dispensando o de Mr. Langlois.

E V. Ex.^{as} conhecem, como eu, os nomes das muitas pessoas que sucessivamente têm continuado persistentemente na pesquisa do mais perfeito conhecimento da nossa *Numismática*, e como esse estudo tem evoluído.

Nessa evolução V. Ex.^{as} não ignoram que o conjunto de documentos diversos que durante longos anos foi globalmente conhecido por *medalhas*, está hoje, pelo menos tácitamente, dividido em três grupos, consagrados separadamente, um, ao estudo das *moedas*, outro, ao das *medalhas* e o terceiro ainda, ao dos restantes documentos fundidos ou cunhados, *tésseras*, *senhas*, *pesos*, etc. .

E como só não evoluem, estiolando-se e morrendo, os assuntos que não mantêm importância, os factos indicados confirmam aquela que as citações que fiz atribuem à *Ciência* de que me estou ocupando.

Adiantei-me classificando de *Ciência*, a *Numismática* quando é certo que durante anos também a denominação de *Arte* lhe foi atribuída, se bem que também não seja menos certo que *Arte e Ciência* foram também por largos anos empregados indistintamente.

Evidentemente que no âmbito largo da acepção primária de *Arte*, como «*caracterizando a obra do Homem em contraposição à da Natureza*», se não pode deixar de reconhecer que nela cabem sem mínima dúvida, todas as espécies monetiformes cunhadas ou fundidas.

Também não é menos certo porém que dentro do significado, porventura mais preciso, de *Arte* como «*o conjunto de regras e de princípios práticos que guiam o Homem na realização material das concepções que idealiza*» se verifica, ao contrário da afirmação anterior, que a *Numismática* não efectua nenhuma das espécies sobre que exerce a sua acção.

Nunca foram com efeito considerados *numismatas* os conscienciosos artistas romanos que eternizaram no ouro, na prata e no cobre as effigies dos seus imperadores numa perfeição tal que não só está reconhecido poderem ser tidos como retratos, como até mesmo um ilustre cientista espanhol por elas pôde definir, ou confirmar, os seus caracteres.

Não foi denominado *numismata* António Pisano, o célebre medalhista italiano conhecido por *Pisanello* da Idade Média, como não é tido como *numismata* o notável artista João da Silva, dos nossos dias.

Em parte alguma encontramos também a denominação de *numismata* a João Gonçalves dos *Engenhosos* de D. Sebastião, como não foi também como tal conhecido José de Oliveira remodelador da moeda de D. Pedro II.

Por outro lado, é tão longa e variada a série de definições do saber científico desde Aristóteles e Platão até Conte e Leibnitz que talvez para mais não alongar estas imperfeitas palavras, a distinção formulada por *Bossuet* resumida no conceito de que, *da Arte, resultam sempre quaisquer objectos que impressionam os nossos sentidos, ao passo que a Ciência determina operações intellectuais*», operações, permito-me acrescentar, que condicionam a execução dos primeiros ou as conclusões que delas se deduzem, seja bastante para que em opposição a, entre tantos outros, como Tomasso Biaggio e o nosso clássico Frei Joaquim de Santo Agostinho Bento França Galvão, se justifique que o erudito Barthelemy, os conscienciosos João Pedro Ribeiro e José Leite de Vasconcelos, nas suas clássicas obras, e mais modernamente o ilustre numismatógrafo espanhol D. Casto Maria del Rivero, estudando a *História Monetária de Carlos V* e reconhecendo nela anomalias, *cuya explicación constituye una de las*

pruebas más elocuentes de la virtualidad científica de la Numismática, a façam agrupar, com devido fundamento, entre as *Ciências*.

Mas... para que não estremeçam os físicos, não sorriam superiormente os matemáticos, não mudem de cor os químicos pela elevada classificação de *Ciência a tão-pouco importante ocupação de espírito*, dirão todos, imitando a divisão que das *Artes* se fez na antiga República Florentina talvez se encontre a fórmula conciliatória enfileirando a *Numismática* entre *Ciências*, digamos *menores* ou mais modernamente classificando-a, de *Auxiliar da História*.

Mas poderão realmente considerar-se *cientistas* os que consagram o seu tempo às *Moedas*, às *Medalhas*, e às restantes peças de que a *Numismática* se ocupa?

Est modus in rebus.

Com efeito em meu entender não poderão ser considerados *cientistas* nesta especialidade nem os muitos que acumulando espécies, ou as não estudam ainda que o possam fazer, ou que ciosamente, não o podendo, as subtraíam à investigação; nem os que fazendo gala de possuírem tantos quilogramas de ouro, desdenham de espécies que não encontram descritas nos livros da especialidade, ou repelem por inestéticas as que pelo metal ou pelo aspecto maculariam o brilhantismo das suas vitrines.

Julgo também que não deve caber o nome de *numismata* ao comerciante arguto que, apenas pela prática, não ignora que tal exemplar é raro e que aquele outro é vulgar, que este é romano e que aquele é japonês.

Poderão estes ser *amadores* ou *coleccionadores*, por vezes de muito mérito e merecedores de respeito pelos esforços que dispendem por livrarem espécies de destruição, ou de que saíam do País, outros podem mesmo ser considerados peritos de muito merecimento — os chamados *experts* — outros no entanto... nem qualquer das coisas conseguem ser!

Cultores da Numismática, — *numismatas* — considero serem os que pelo exame e conhecimentos das espécies, sejam moedas, medalhas ou outras, delas tiram contributo para a mais perfeita apreciação da grandeza, dos usos, dos costumes, de civilizações de épocas passadas reveladas em factos históricos que essas espécies simbolizem ou comemorem, em pormenores que as suas gravuras ou as suas legendas illustrem, pelo conhecimento que proporcionam de situações políticas e económicas, pelo que respeita ao difundimento geográfico das várias civilizações etc.,

e ainda, os que servindo-se dos seus conhecimentos especiais identificando exemplares, desfazem equívocos, provam a inanidade de suposições, numa palavra, estudam os exemplares para o que Barthelemy dizia:

« Il en est du Numismatiste comme de l'Historien. Il faut que les deux sachent ce qui à rapport avec l'époque dont ils s'occupent. »

E assim a distinção que considere, é absolutamente nítida entre coleccionador, comerciante e numismata.

*
* * *

Não se nasce, evidentemente *numismata*; eu sei, no entanto, bem que entre pessoas de uma certa categoria mental há sempre uma atracção pelas cousas antigas e sei também que não é difficil nessas condições adquirir um *gosto forte* pela coleccção de *medalhas* e *moedas*, e em especial por estas últimas.

Sabatier chamava-lhe... *passion*... seja... para não lhe chamarmos depreciativamente em português, *vício*!

Formado pois o *coleccionador*, eu julgo que à « *Sociedade Portuguesa de Numismática* », como agremiação de fins culturais, cabe levá-lo mais longe, não deixando que se confirme a observação de Aragão a que de começo aludí.

E assim, como velho, impenitente *vicioso*, termino esta primeira parte do tempo em que me tenho permitido, e me vou ainda permitir continuar abusando da vossa benevolência, fazendo sinceros votos, a bem da *Numismática*, porque a *Sociedade* se inspire, na sua acção quanto aos novos, no pensamento do conhecido numismatógrafo italiano Gnechi:

« Incoragiami dunque i principii cioè il desiderio spontaneo di ricogliere monete, anche pel scopo de divertimento. »

Il resto... viene da se come naturale conseguenza. »

*
* * *

Passo agora à segunda parte da minha palestra que versa o motivo que realmente me trouxe junto de V. Ex.^{as}.

As palavras com que vos vou importunar, não são precisamente as mesmas que proferi na *Associação dos Arqueólogos*, porque nesta eu me

encontrava em *Assembleia Geral*, composta de especialistas de várias modalidades, aqui, encontro-me apenas entre os de uma só e conhecendo o assunto de que vou tratar, não é pois o *cansado chá de Tolentino que vos vou servir... apenas ele continuará além de fraco a ser de má qualidade!*

Ex.^{mo} SENHOR PRESIDENTE
 MINHAS SENHORAS
 MEUS PRESADOS CONFRADES:

1 — No n.º 3 da *Nvmmvs*, publicou o Ex.^{mo} Sr. Coronel Mário Ramires um artigo, tendo por título *Duas moedas portuguesas híbridas*, em que se faz referência a um trabalho meu sobre as moedas assim denominadas publicado em 1918, entremeando, na sequência do seu artigo, um passo de redacção julgada de sentido ambíguo não só por mim mas por pessoas amigas mas, pelo contrário, considerado pelo Sr. Coronel e por outras pessoas sem esse carácter, com um equívoco aliás posteriormente reconhecido pelo Sr. Coronel e aqui e ali com uma ou outra discórdância, no entanto, sempre amavelmente posta.

A leitura do artigo permitiu-me ocasião de trocar correspondência com o Ex.^{mo} Sr. Mário Ramires, a minha ao princípio um pouco formalizada, mas, desanuviado o meu espírito, breve tive o maior prazer em que o incidente me tivesse proporcionado a oportunidade de ter travado relações epistolares e de poder prestar as minhas homenagens a um distinto numismata portuense que só há pouco tempo tive a honra de voltar a conhecer pessoalmente, pois que já por um comum amigo há anos tínhamos sido apresentados.

O artigo em questão e a troca de impressões com o Ex.^{mo} Sr. Coronel Ramires despertando recordações no meu espírito, levou-me a comunicar ao mesmo Senhor que tencionava apresentar na Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos — a cujos membros dera conhecimento do incidente que o artigo ocasionara — uma série de observações que o andar dos anos me tinha sugerido e que a alusão a ele no artigo a que me referi, me levava a desempoeirar do fundo de uma gaveta. Considerou o Ex.^{mo} Sr. Coronel que seria interessante os confrades portuenses terem também conhecimento dessa auto-crítica e assim, com grande prazer e muita honra, está explicado porque me encontro perante V. Ex.^{as} para criticar o meu próprio trabalho, cujas imperfeições sou o

primeiro a reconhecer e cujos erros a benevolência de V. Ex.^{as} relevará, pois foi o meu primeiro ensaio escrito de Numismática, há perto de quarenta anos já!

2— Como nunca me alcandorei às alturas onde viceja a infalibilidade e prolifera o dogmatismo, a declaração inserta no meu citado trabalho

« Como não temos nem a pretensão de apresentar trabalho completo, nem isento de erros..... »

mostra bem que já mesmo em novo me eram estranhas aquelas alturas de tão luxuriante flora mas onde rasteja também a ilusão!

Se bem que esteja entre numismatas e que portanto eu pudesse entrar imediatamente na matéria, como se trata de trabalho antigo, sem notoriedade pela sua carência de valor e motivado por factos passados há bastantes anos e em Lisboa, permitir-me-ei, para bem precisar a sua génese e também justificar a orientação que lhe dei, começar por uma breve digressão à época em que mergulham as suas raízes e por descer ao conhecimento das razões que determinaram a sua elaboração e condicionaram a forma da sua apresentação.

3— Em tempos já bem recuados, em Lisboa, na Avenida da Liberdade, ao lado direito de quem desce, onde hoje se encontra um estabelecimento de venda de aparelhos de electricidade entre a Rua do Salitre e a da Alegria, existiu durante largos anos um salão de vendas em leilão denominado « Bazar Católico » e depois Casa Liquidadora de que foi proprietária D. Maria Guilhermina de Jesus, que eu muito bem conheci, e que de *Numismática* recebera lições de Mestre T. de Aragão.

Neste estabelecimento realizaram-se vários leilões de moedas de que existem apreciáveis catálogos e em que os então considerados altos preços atingidos pelos numismatas nos fazem hoje sorrir na sua comparação apenas numérica — note-se — com os actuais.

Adiante citarei um.

Mas também, ainda ao citado estabelecimento, como centro de palestra, acorriam os *ases* da numismática da época, e, de envolta com eles, alguns *novatos* que aqui e acolá iam *pescando* conhecimentos.

Era fácil lá encontrar Manuel Joaquim de Campos, o conhecido perito em moedas da Índia, o Dr. Azevedo Borralho, possuidor de vasta e rica colecção que se dispersou mal se sabe como e que no leilão de

16 de Fevereiro de 1917, adquirira por 696 mil réis (!) acrescidos de 5%, seja por 730 mil réis, um exemplar da célebre *Dobra de 24 Escudos!* (n.º 23 de Aragão) — quantos contos não pediriam hoje por esta moeda! —. Robert Shore, cuja notável colecção também desapareceu estranhamente, na qual me lembro ter visto um exemplar da raríssima moeda de prata de D. Beatriz, filha do nosso D. Fernando I, e cuja parte áurea foi vendida em Londres pela casa Glendinning, o clássico numismatógrafo Teixeira de Aragão, o engenheiro e antigo Ministro Manuel Francisco de Vargas que só com a finalidade de ler as moedas árabes estudara a sua língua, meu Pai, e vários outros numismatas, e entre a *miudagem*, eu, depois autor do trabalho de que vou tratar, tendo todos aqueles grandes vultos da *Numismática* de então, desaparecido já, e dos *novatos*, poucos restando!

Naquelas reuniões discutiam-se problemas numismáticos, apreciavam-se *pechinchos* — que então ainda havia —, trocavam-se impressões e entre a quantidade de numismas sobre que as conversas e as análises incidiam, aparecia de vez em quando um ou outro de *facies* especial que se tornava interessante por *erros* ou *discordâncias* que apresentava e de que um dos mais notáveis pelo metal e pelo cunho foi um *Cruzado* de ouro apresentado por meu Pai tendo numa das faces cunho de D. Afonso V e na outra de D. João II que se convencionara por tal motivo, como outro igual apresentado em Aragão, denominar de *híbrido*.

Postas de parte as hipóteses que as leis e os costumes portugueses não previam como justificativas da existência legal tanto desta moeda como de várias outras com anomalias análogas, ou de outro carácter, a opinião *quase unânime* — notem V. Ex.^{as} quase — justificativa de tais discordâncias considerava-se ser a de *engano* dos moedeiros *na aposição dos cunhos*.

Esta explicação encontrava realmente possibilidade de boa aceitação no *Cruzado* referido, em moedas de X réis de D. João V e D. José com datas de 1749 e de 1751 respectivamente por serem de reinados seguidos e dos seus últimos ou primeiros anos.

Também por exemplo ela era aceitável em moedas da Índia e do Brasil, com a indicação nas mesmas condições de proximidade de milésimo, de D. Maria I como monarca mas com datas em que o Príncipe D. João, já era porém Príncipe Regente em nome de sua Mãe, e outras em que D. João sendo já Rei, nas moedas ainda figurava como Príncipe Regente.

Como é sabido, por doença mental de D. Maria I seu filho D. João

passou a intervir officiosamente, digamos, na governação do Reino em 1792, só assumindo, porém, oficialmente a Regência em Julho de 1799, houve no entanto tanto afan em cunhar moeda em seu nome, que do próprio ano de 1799 são conhecidas moedas ainda em nome de D. Maria I e outras já em nome de Joannes Princeps (só a partir de 1801 se empregando a fórmula Joannes Princeps Regens) de forma que o facto indicado merecia reparo igual.

Noutras moedas, porém, as discordâncias apresentavam-se com aspecto a que seria já com efeito mais difícil admitir a mesma razão de *engano de cunhos*. Tal é o caso das moedas com as anomalias apontadas mas apresentando datas que vão até 1805 e 1818, respectivamente para as indicações como monarca de D. Maria I, sendo D. João já há anos Príncipe Regente e comportando esta última indicação quando D. João já reinava como D. João VI.

Houve portanto, motivos diferentes do indicado e por isso propositadamente disse eu que a hipótese de *engano de cunhos* fora apenas *quase* unânimemente aceite.

Com efeito nem todos a aceitaram como adiante referirei, recordando-me que entre os Mestres se estabeleceu larga discussão sobre o assunto.

Schulmann, o conhecido perito de numismática, em carta que me escreveu e em alguns catálogos, aceitava bem a hipótese de *engano de cunhos*.

Mas efectivamente era de estranhar que havendo uma Regência ou Realeza na administração que firmava os documentos referentes tanto a assuntos do Continente como das Colónias, nas moedas indicadas o reconhecimento dessa situação por tão largo espaço de tempo fosse posto de parte!

O ilustre académico Sr. Dr. António Baião teve a amabilidade de me informar, ainda mais, que já a partir de 25 de Maio de 1799 isto é, dois meses antes de oficializada a Regência os diplomas eram já passados em nome do Príncipe D. João e também que já a partir de 4 de Abril de 1816 passaram a sê-lo em nome de El-Rei por resolução tomada já em 19 de Janeiro desse ano, se bem que D. Maria I só tivesse falecido a 20 de Março.

Para explicação das primeiras *discordâncias*, assentou-se numismaticamente, que a Regência para a Índia só se considerasse nas moedas quando se passou a empregar o escudo oval (M. I. Campos, pág. 277).

Pode o pormenor do escudo oval, constituir morfológicamente uma facilidade de classificação no aspecto por vezes dúbio de moedas da Índia, mas conduz a um erro com que não concordei e julgo com razão.

Realmente se a *Numismática* é uma Ciência auxiliar da História, não julgo admissível que num pormenor se considere aceitável a derrogação — apresente-se que razão se apresentar — de um princípio fundamental naquela Ciência — a *Cronologia* —. Assim, disparidades ainda que com certa analogia, não podiam, no entanto, considerar-se constituindo globalmente um conjunto com homogeneidade na justificação da existência das suas peças.

Reconheceu-se, porém, poder tornar-se como característica comum ao conjunto dessas disparidades — *a da não concordância entre pormenores dos cunhos empregados na mesma moeda* — fossem elas o *Cruzado* misto de D. Afonso V e D. João II, fossem certas moedas de D. Pedro II ostentando ainda a coroa de Príncipe, fossem as moedas de D. Maria I da Índia e Brasil nas condições a que me referi, etc..

Foi então pelo reconhecimento do facto indicado e do aspecto diverso das discordâncias que o autor do trabalho e os numismatas do *cenáculo* acordaram na existência de um *poly-hibridismo* em que poderia sectionar-se um conjunto com certas analogias.

E então, resolveu-se tentar a catalogação de tais moedas tendo porém em atenção o *poly-hibridismo*.

Instado o menos idoso dos *novatos*, que era eu, a redigir um ensaio de catalogação, procurei, o melhor que a minha pouca experiência me permitia e em harmonia com o exposto, diferenciar as moedas em questão por grupos em número de quatro. Coerente também com o critério do *cenáculo* manifestei preferência de opinião pela hipótese de *engano de cunhos* e na falta de outra denominação fui levado a englobá-las sob o título *Moedas Híbridas*, designação que até então considerava apenas aplicável ao caso de moeda com indicação bem expressa de dois reinados.

Está assim historiada a génese e definida a orientação geral do trabalho.

A experiência que os anos dão levou-me porém já há anos a entender ser de modificar o que então achei bem.

4—Posto isto vou iniciar a crítica que me propus fazer ao meu trabalho, começando pela análise da causa a que atribui tais moedas:

a) *Engano de cunhos*.

Disse eu atrás que tal era a opinião quase unânime, e disse-o assim, porque me recordo que entre outros o Sr. Dr. Azevedo Borralho não a aceitava como geral, atribuindo também a existência de algumas das

discordâncias notadas a propositado gesto do cunhador — o que está de acordo com a hipótese patriótica apresentada pelo Ex.^{mo} Sr. Coronel Ramires no n.º 3 da Revista da S. P. N., em referência a moedas com cunhos de D. Filipe e de D. Sebastião — admitindo ainda também como causa de tais moedas a falta de cunhos, como efectivamente se pode ter dado nos primeiros anos de reinado de D. Pedro II nas moedas que apresentam ainda coroa de Príncipe e em outras.

Afigura-se-me pois como primeira observação, que na verdade eu não deveria ter sido tão exclusivista como fui na preferência que dei à hipótese de que as moedas em questão provinham todas de *engano de cunhos*.

Talvez que com mais tolerância, admitindo outras hipóteses conforme os casos, a razão dos factos verificados nas moedas em questão se integrasse melhor na realidade e mesmo no espírito do *cenáculo* do *Bazar Católico* ou *Casa Liquidadora*, onde as discussões excluía sempre o *Magister dixit* no tom em que decorriam, e as conclusões não enfermavam nunca de dogmatismo nas afirmações.

Passo a segundo ponto.

b) *Designação dada ao conjunto.*

Sem descer a uma definição completa de *Híbridos*, recordarei que assim se designam seres provenientes de espécies diferentes, cuja obtenção é em geral propositadamente determinada pelo intuito de no produto resultante se encontrarem certas qualidades notáveis dos elementos originários.

Com boa vontade, ainda no *Cruzado* misto de D. Afonso V e D. João II e em outras moedas com cunhos de dois reinados a que fiz referência, se pode considerar uma certa espécie de *hibridez*, se bem que elas não provenham de duas espécies absolutamente diferentes mas da mesma — o *Cruzado* — é porém verdade de *cruzados de dois Reis diferentes*.

A não ser porém na hipótese política apresentada pelo Sr. Coronel Ramires a que já fiz referência e no caso das moedas que considere existirem de D. Pedro Príncipe com coroa real, não me parece que se possa atribuir propositada intenção à cunhagem das moedas denominadas globalmente no trabalho como *Híbridas*.

A ideia do propósito não pode hoje a meu ver, ser considerada como característica do conjunto.

Também sejam quais tenham sido as origens das moedas em questão, não se lhes encontra o desejo de reproduzir ou melhorar sequer quaisquer qualidades; finalmente os *híbridos* de Natureza, ao contrário do que sucede nas moedas a que se deu este nome, não mudam de aspecto conforme o ângulo porque são examinadas.

Com prejuízo pois da concisão que a designação adoptada permite, preferiria hoje que os vários grupos que considerarei, uma vez que se assentou em formar com eles um conjunto, tivessem sido englobados sob outra denominação; por exemplo, *Moedas com discordâncias nos cunhos* ou *Moedas com discordância de pormenores, etc.*, conservando possivelmente por tradição o nome de Híbridas para um grupo.

Acrescentarei pois que às *Moedas Híbridas*, reconheço hoje, apenas falta..... serem *Híbridas!*

Passarei então a terceiro ponto:

c) *Grupos considerados no trabalho.*

No intuito de atender ao *poly-hibridismo* a que me referi considerarei quatro grupos nas moedas de cuja catalogação fora incumbido.

Começarei a minha crítica sobre este ponto fazendo algumas rectificações aos títulos dos grupos.

Assim denominei o 1.º Grupo:

I GRUPO — Moedas que apresentam numa das faces indicação de um reinado e na outra de outro.

Hoje parece-me melhor em atenção às moedas nele agrupadas denominá-lo,

Moedas que tendo no campo de uma e outra face gravura correspondente ao tipo de moeda, têm porém nas respectivas legendas nomes ou referência de monarcas diferentes.

Compreendi neste Grupo 34 moedas. Poderá ser este o Grupo clássico das *Moedas Híbridas*.

Nele se incluem três *Cruzados* de ouro com legenda numa das faces de D. Afonso V e na outra de D. João II, legendas ligeiramente diferentes em cada um na grafia das palavras, vários *Reais*, *Meios-Tostões*, *Cinquinhos* e *Vinténs* de prata e *Ceitis* e *Cinco reais* de cobre, de monarcas seguidos, distribuídas todas as moedas por um período que vai de D. Afonso V a D. João VI, e sendo todas do Continente.

Entre as moedas de cobre estão compreendidas no grupo duas de *Cinco Reais* que tendo no anverso *D. Maria* e *Joannes* respectivamente, não têm porém no reverso nome de monarca, mas a primeira tem *P. Regens 1812* e a segunda *Regina 1799* o que permite bem atribuí-las a dois monarcas diferentes.

O segundo grupo defini-o ;

II GRUPO — Moedas que tendo indicação de um só reinado ou que como algumas da Índia sem legenda, mas que pela gravura se convencionam classificar em determinado reinado apresentam numa face data correspondente a outro.

Mais simplesmente e para ter em atenção exemplares que viessem a ser conhecidos prefiro hoje ;

Moedas que tendo na legenda indicação de um só reinado, ou que sem ela pela gravura se convencionam classificar em determinado reinado, apresentam data correspondente a outro.

Incluí neste grupo 50 moedas com discordância nas datas e monarcas sendo do Continente um exemplar de *1.000 réis* de ouro de D. José e três exemplares de *X reais* do mesmo monarca e de D. João V.

O Brasil é representado por valores em ouro de D. João V e D. José; a Índia por um *S. Tomé de 12 xerafins* de D. José e várias *Rupias Pardaus, 150 réis* e *60 réis* de D. José e D. Maria I e a África por uma *Macuta* de cobre de D. Maria I.

Neste grupo, considero terem-me escapado as moedas de D. Maria I de tipo Nacional e Colonial nas mesmas condições de algumas que nele incluí da Índia, facto que ocasionou o equívoco a que me referi do Ex.^{mo} Sr. Coronel Ramires no seu artigo de *Nvmmvs*, n.º 3, estranhando tais moedas estarem incluídas no trabalho a que me estou reportando, quando é certo que se realmente deviam estar incluídas, no entanto, por esquecimento meu. não estavam.

O terceiro grupo designei-o por :

III Grupo — Moedas que apresentam numa das faces cunho ou legenda que não estão em relação com a data indicada na moeda mas que cabem dentro do mesmo reinado.

Satisfazer-me-ia mais o título :

Moedas com indicação de um só imperante, mas com pormenores que não estão em relação com a sua situação na época, ou que não condizem.

Estão neste grupo incluídas 54 moedas tais como — para dar a ideia

do grupo — as de D. Pedro II mas apresentando coroa de Príncipe e também certas moedas de D. Pedro Príncipe Regente, que se diz terem ao contrário coroa de Rei etc..

Continuo aceitando bem neste grupo as primeiras moedas indicadas tanto mais que sendo elas geralmente de anos próximos à passagem de Príncipe Regente a Rei é aceitável como sugeriu na ocasião o Sr. Dr. Borralho ter havido falta de cunhos com a indicação de D. Pedro II, isto é, com coroa real.

Neste grupo compreendem-se, quanto ao Continente, *uma Peça* de D. João VI, *Cruzados, Meios-Cruzados, Tostões, Meios-Tostões, Quatro e Dois Vinténs de prata*, moedas de *X, V, III e 1 1/2* real e um *Pataco* em cobre, abrangendo os reinados que vão desde D. Pedro Príncipe Regente a D. João VI.

Quatro mil réis em ouro, *Três, e Duas Patacas* em prata, *Oitenta, Quarenta, Vinte e Dez réis* em cobre de D. João VI do Brasil, com datas de 1817 e 1818 e *S. Tomé de 12 xerafins* de ouro, *Rupias, Pardaus, Meio xerafim* em prata e *Vinte Bazarucos* de calaim da Índia, abrangendo na totalidade o período que vai desde D. João V a D. Miguel.

Está catalogada neste grupo porém uma série de moedas de D. Pedro Príncipe Regente que se diz terem coroa real.

Com efeito, ao tempo eu não desconhecia — e foi isto que me levou a incluí-las sem qualquer restrição — que assim figuram nos catálogos dos leilões das colecções Judice dos Santos e Julius Meili, vendidas pelo perito Schulmann em Amsterdam, e também é certo que não só havia pouco que eu lidava com moedas mas também que os nomes dos dois colecionadores pelo contrário, eram de *peso!*

A prática porém fez-me mais tarde reconhecer que a coroa de D. Pedro Príncipe se apresenta sob dois tipos, o de arcos lisos e o dos mesmos com pérolas, podendo então estes últimos originar confusão com a coroa real. Ter-se-ia dado este caso para os dois colecionadores e para o próprio Schulmann?

A impossibilidade de exame das moedas em questão não permite levantar a dúvida, e os nomes indicados que me induziram a incluí-las no meu ensaio de catalogação, levam-me também a, sem as retirar do catálogo, sugerir adicionar-lhes a indicação — *duvidosas* — tanto mais que depois da hipótese do Sr. Coronel Ramires sobre moedas desta espécie de D. Filipe e de D. Sebastião ela também se lhes pode ser considerada aplicável.

Quanto às moedas do Brasil com a indicação de D. João Príncipe

Regente datadas de 1817 e 1818 recorda-me que não houve uma concórdia absoluta em que fossem incluídas. Ocorre-me à memória ter-se dito que uma Regência só existe ou no caso de impossibilidade do Rei, ou no de extinção da linha dinástica e que portanto tendo D. Maria I falecido em 20 de Março de 1816 D. João teria automaticamente nesse dia deixado de ser Príncipe Regente, como aliás Aragão diz em dois locais e em harmonia com o conhecido. *le roi est mort, vive le roi!*

Outros, tinham opinião diversa, e sustentavam que o título real só teria sido assumido depois da coroação em 6 de Fevereiro de 1818, acrescentando, em reforço da sua opinião, que a designação de D. João como Rei nas moedas só aparece a partir deste último ano.

Na minha consciência de principiante, eu não tinha uma opinião bem definida perante a autoridade dos discordantes; marquei no entanto, a minha preferência, incluindo-as na catalogação acompanhando-as porém da reserva que transcrevo a seguir:

A classificação que fazemos leva-nos a compreender no número das moedas híbridas, muitas que certamente é discutível se pertencem a este grupo ou não. estão neste caso as moedas do Brasil de D. Maria I e D. João VI pois que tendo D. Maria I falecido em 20 de Março de 1816. D. João VI só foi coroado em 6 de Fevereiro de 1818 podendo deixar de se considerar híbridas as moedas do Príncipe Regente depois de 1816.

A obsequiosa informação do Sr. Dr. Baião a que já aludi e o próprio Varnhagen na *História Geral do Brazil*, (5.º Vol. pág. 153) informando que logo após o falecimento de D. Maria I, D. João assumira o título de Rei põem ponto no assunto justificando a inclusão que fiz, pois as moedas de 1817 e 1818 realmente não deviam ter a indicação de Príncipe Regente, bem como já a maior parte por certo das de 1816. Justifica-se o facto com várias afirmações, mas afigura-se-nos que é de manter o que já atrás disse a propósito de caso semelhante.

Passo agora ao último grupo:

IV GRUPO — Moedas que apresentam numa das faces cunho de moeda diferente, erros de legenda, etc..

Erros na legenda, de um modo geral tem todas as várias moedas já agrupadas; mas há *erros e erros*. Uma moeda que numa das faces tem a legenda referente a um reinado e na outra a relativa a outro, tem evidentemente um *erro*, proveniente de possível errada utilização de cunhos, mas esse *erro* é de valor digamos diferente do cometido empregando a data 1696 numa moeda de D. Maria I ou empregando numa

moeda de D. João IV o ordinal do monarca constituído por 5 letras I. Para a nossa sensibilidade não são comparáveis.

Também o facto de certas moedas apresentarem numa face cunho de moeda diferente se nos afigura já estar considerado. Posto isto, que muito a meu pezar me fará reduzir o número de moedas consideradas neste IV grupo e incluir outras em grupo já enunciados, eliminaria da catalogação um *Cruzado* de D. João IV que como disse tem por *equivoco* o ordinal do monarca constituído por 5 letras I em vez de 4.

Eliminaria também uma moeda de *Cinco réis* de D. João IV com o escudo cantonado por 400 que supponho falsificação.

E ainda o mesmo faria para *Duas Patacas* de D. Maria I com a data de 1696.

Duas moedas do Brasil de *4.000 réis* uma de D. Maria I no anverso e *Brasilie Domini* no reverso, outra de *2.000 réis* nas mesmas condições e ainda unha de *4.000 réis* de D. João Príncipe Regente no anverso e *Brasiliae Domina* no reverso incluílas-ia no Grupo I pelos motivos que expuz para as duas últimas moedas dele.

Restariam pois para este Grupo um Meio-Tostão de D. João IV, tendo a legenda IN HOC SIGNO VINCES circundando o escudo nacional e principalmente a *Peça, Meia, Quarto e Oitavo* com a mesma legenda circundando o escudo das armas reais do reinado de D. João V. Mas..... ainda mesmo com as *amputações*, já feitas terei hoje, mau grado meu de ir mais longe!

Propositadamente na definição que propuz para o III grupo, o terminava dizendo..... *ou que não condizem*.

Ora a coincidência da legenda IN HOC SIGNO VINCES com as armas reais que se dá nas últimas moedas a que me referi, leva-me a considerar a desnecessidade deste Grupo, e a inclusão das moedas em questão no III Grupo.

Em meu entender, portanto, a catalogação poderia resumir-se a três grupos.

E, com as observações feitas, vou com mais duas palavras dar por terminada a *Crítica* com que me permiti abusar da complacência de V. Ex.^{as}.

5— Antes porém dessas *duas palavras finais*, peço licença a V. Ex.^{as} para relatar um facto com certa graça ocorrido com uma das últimas moedas a que me referi — a *Peça* de D. João V com a legenda IN HOC SIGNO VINCES, circundando as armas reais.

Permitir-me-ei primeiro recordar o que aliás V. Ex.^{as} conhecem

melhor do que eu que na série a que essa moeda pertence se dá o facto curioso do *Oitavo* e *Quarto* de Peça serem mais ou menos vulgares, mas quer a *Meia-Peça*, quer especialmente a *Peça* serem da maior raridade.

Da *Peça*, consta-me apenas a existência de três exemplares, um o primeiro conhecido aquele a que me vou referir e que por muito tempo foi o único de que havia notícia, outro conseguido posteriormente existente na antiga colecção real e finalmente um terceiro que vi há anos figurar num catálogo americano (1).

O facto que vou narrar foi por mim publicado num número da « Moeda », publicação numismática da casa Molder, e por isso passo a ler o artigo em que o assunto é exposto.

Estratégia Numismática

« Tinham terminado as fainas agrícolas de 1830 e o velho rendeiro de Alcobaça, vasava sobre a mesa o saquitel em que trazia as prestações de foros e rendas vencidas.

De entre os escudos e pintos que em pequenas colunas alinhava, uma moeda se destacou rolando e caíu no sobrado.

À luz vacilante do candeeiro de azeite, baixou-se o jovem patrão para a colher e quando negligentemente a colocava ao lado das outras, os seus olhos não quiseram crer que sob eles estivesse a peça então desconhecida de 1722, IN HOC SIGNO VINCES !

Tinha começado havia pouco a interessar-se pelas moedas antigas e o acaso facultava-lhe, entusiasmado-o a prosseguir, a raríssima moeda que durante muitos anos foi única conhecida.

Procurou logo o incipiente coleccionador averiguar donde provinha o numisma, mas apenas pôde recolher do rendeiro o vago informe de que lhe fora dado em pagamento de venda que fizera ao mosteiro da vila.

A intranquilidade dos anos correntes e subsequentes, o afastamento que por largos anos o coleccionador por motivos oficiais e políticos foi forçado da capital, fizeram com que em 1867, Teixeira de Aragão na *Histoire du Travail* ignorasse ainda a existência da moeda a que viria, no entanto, a fazer a referência dez anos mais tarde na sua monumental obra sobre a nossa Numismática.

Decorrem os anos e, por herança, a moeda dos frades cistercienses vem a caber ao filho do coleccionador de 1830.

(1) Posteriormente soube da existência de mais dois, um numa grande colecção da Beira-Baixa, outro, numa muito notável portuense.

Oficial do Exército, como seu pai, encontra-se em 1879 na Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas, quando a seus exercícios finais veio assistir el-rei D. Luís.

O nosso monarca conhecendo-o como coleccionador e sabendo-o possuidor de rara moeda, diz-lhe de improviso, em roda de oficiais:

Ó Capitão C...! Quer-me vender a sua peça de 1722? Quanto quere por ela?

O interpelado, já então apaixonado numismata, ficou perplexo, não atinando com resposta a dar!

Por um lado a disciplina e o respeito devido ao monarca, indicavam-lhe um caminho, por outro, o seu amorismo revoltava-se com a hipótese de alienar um dos mais belos exemplares da sua já então notável colecção!

D. Luís repetiu a pergunta e então o artilheiro, para o qual convergiam os olhares maliciosos dos camaradas que avaliavam o embaraço da situação, perfilando-se, respondeu:

«Meu senhor, se para completamento da vossa colecção é precisa a peça de 1722, gostosamente a deponho nas mãos da Vossa Magestade. Vendê-la, porém, não o faço por dinheiro algum!»

D. Luís sorriu e meneando a cabeça em compreensão da situação em que colocara o oficial-coleccionador, voltou-se para Teixeira de Aragão, já então conservador do seu Museu Numismático, que como médico militar se encontrava presente, e disse-lhe:

«Ó Carlos! Tens que me descobrir depressa as outras que me faltam!»

E a moeda de 1722, após 124 anos conserva-se ainda na posse dos descendentes do jovem patrão de 1830 porque..... felizmente outras, na colecção real, continuavam faltando!»

Conforme disse, na colecção real só decorridos bastantes anos sobre o facto narrado, passou a figurar o segundo exemplar conhecido da célebre *Peça* de 1722.

6— Voltando então ao ponto em que deixei o assunto, direi que a apreciação e correcções que vim fazendo não constituem uma revisão completa do trabalho que me propuz trazer à presença de V. Ex.^{as} pois ela demandaria evidentemente uma análise mais demorada e cuidada e dado o espaço de tempo decorrido a inclusão de bastantes moedas mais de que se tem tido conhecimento depois da publicação do trabalho em questão, entre elas as duas últimas reveladas pelo Ex.^{mo} Sr. Coronel

Ramires, correcção possivelmente do nome de alguma moeda devido a equívoco etc..

A crítica feita, representa apenas a *tradução* perante V. Ex.^{as} de apontamentos que o artigo do Ex.^{mo} Sr. Coronel Ramires me fez desenterrar de um amontoado de notas sobre moedas que de há muito jaziam no esquecimento.

Necessariamente que em face da acepção geralmente dada a *moedas híbridas* considero perfeitamente discutível ou mesmo não aceitável, a inclusão sob este título de várias moedas e a divisão em grupos que então fiz, mas peço licença para sem pretender de forma alguma restringir a liberdade de classificação que cada um entenda, recordar que o trabalho obedeceu, bem ou mal, à consideração das *discordâncias* e correspondeu a uma orientação tomada pelo grupo de numismatas a que me referi e que portanto, como sucede com outros assuntos históricos, deve ser apreciada à *luz das circunstâncias e da época*.

Afigura-se-me porém — permita-se-me a pequena vaidade — em contrapartida aos *senões* indicados, e a outros que se lhe encontrem que a catalogação em análise, feita em harmonia com as opiniões de autoridades — ao tempo — e tanto mais que se trata do trabalho de um principiante, apresenta no entanto uma razoável quantidade de exemplares que totaliza o número de 150, modéstia na apresentação conjugada com uma certa dúvida que denota honestidade científica, patente na forma como fechei a introdução pròpriamente à catalogação.

« *Como não temos nem a pretensão de apresentar trabalho completo nem isento de erros, dar-nos-emos por satisfeitos se conseguirmos com ele suscitar a apresentação de novos tipos e a fixação de quais as moedas que devem ser consideradas híbridas.* »

Espírito antiquado, desde novo, o meu..... vê-se!

7 — E dando por terminado o tempo com que me permiti vir abusar da vossa complacência, agradeço a atenção que V. Ex.^{as} me quiseram prestar e peço que se dignem relevar o pouco ou, mais precisamente, o nenhum interesse da palestra em que V. Ex.^{as} apenas verificam que ainda hoje, já velho, me não pejo de exteriorisar o lema que desde novo tenho presente no meu espírito de que;

SÓ SE NÃO ENGANA QUEM NÃO TRABALHA!